
Impugnação

1 mensagem

Marcelo Oliveira <dismaterhospitalar@yahoo.com>
Para: "licita.lafaiete@gmail.com" <licita.lafaiete@gmail.com>

27 de setembro de 2022 14:19

Boa Tarde!

Segue Impugnação.

Atenciosamente,

Dismater Distribuidora de Materiais Hospitalares

 **Impugnação Conselheiro Lafaiete.pdf**
2964K



DISMATER

DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES

Rua Minerva, 121 – Caiçara – Cep: 30.720-580 – Bhte / MG

Telefax: (31) 3118-0660

E-Mail: dismater@uol.com.br – Web Site: www.dismater.com.br

CNPJ 64.265.747/0001-54 – IE 062.669.868.0078

ILMA(A) COMISSÃO DE LICIAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE-MG
RESPEITATO(A) SR(A) PREGOEIRO(A)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2022

PREGÃO ELETRÔNICO – 064/02022

TIPO: MAIOR DESCONTO SOBRE CATÁLOGO DA REVISTA SIMPRO

DISMATER DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES, inscrita no CNPJ sob o nº 64.265.747/0001-54, com sede na Rua Minerva, 121 – Caiçara – Cep: 30.720-580 – Belo Horizonte, MG, vem a presença de V. Ex.^a, com fulcro no art. 41, § 1º. da 8.666/93, para apresentar

IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL CONVOCATÓRIO

frente a omissão de obrigações essenciais ao controle, qualidade e riscos aos administrados pelos produtos adquiridos, conforme fundamentos e delimitações abaixo destacados.

I. CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM

Ilmo(a). Julgador(a), ao ler o conteúdo do Edital, deparamos com uma omissão que contraria obrigações expedida pela Agência Reguladora – ANVISA.

Como é do conhecimento de todos(as) a ANVISA possui papel essencial e obrigacional para conceder a permissão de se



DISMATER

DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES

Rua Minerva, 121 – Caiçara – Cep: 30.720-580 – Bhte / MG
Telefax: (31) 3118-0660
E-Mail: dismater@uol.com.br – Web Site: www.dismater.com.br
CNPJ 64.265.747/0001-54 – IE 062.669.868.0078

fabricar e comercializar produtos hospitalares, juntamente com o Ministério da Saúde.

Neste norte, a administração pública, ao adquirir produtos médicos/hospitalares, bens duráveis (equipamentos médicos) e saneantes, deve proteger a coletividade de empresas que não seguem as normas diretivas da ANVISA e MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Motivo pelo qual, acredita-se na necessidade de inserir no conteúdo do Edital, as obrigações contidas na RESOLUÇÃO RDC N° 497, DE 20 DE Maio DE 2021.

Essencialmente quanto ao CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM (CBPD/A), já que o certificado atesta que "determinado estabelecimento cumpre com os requisitos técnicos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem ou Boas Práticas de Armazenagem, dispostos na legislação em vigor, necessários à comercialização do produto", trazendo segurança aos administrados que utilizaram dos produtos adquiridos pela administração pública.

A jurisprudência caminha no sentido de maior segurança o pedido do certificado:

MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO. CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E ARMAZENAGEM. A dispensa pela ANVISA de apresentação de Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem de Medicamentos para o funcionamento de fabricantes de produtos sujeitos à vigilância sanitária não leva à ilegalidade da sua exigência em processo de licitação que tem por finalidade aferir a qualificação técnica dos licitantes que atuam na armazenagem e distribuição de medicamentos. Hipótese em que a ausência de apresentação do documento leva à inabilitação do licitante. Recurso desprovido. (TJ-RS - AC: 50068929620208210026 RS, Relator: Irineu Mariani, Data de Julgamento: 28/06/2021, Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: 07/07/2021)



DISMATER

DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES

Rua Minerva, 121 – Caiçara – Cep: 30.720-580 – Bhte / MG
Telefax: (31) 3118-0660
E-Mail: dismater@uol.com.br – Web Site: www.dismater.com.br
CNPJ 64.265.747/0001-54 – IE 062.669.868.0078

DIREITO ADMINISTRATIVO APELAÇÕES CÍVEIS. LICITAÇÃO PÚBLICA. COMPRA DE MEDICAMENTOS. ILEGAL EXIGÊNCIA EDITALÍCIA DE CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO ESPECIAL EMITIDA PELA ANVISA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. DESCABIMENTO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSOS CONHECIDOS, MAS PROVIDA APENAS A SEGUNDA APELAÇÃO. (TJ-AM - APL: 20110019230 AM 2011.001923-0, Relator: Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, Data de Julgamento: 19/03/2012, Terceira Câmara Cível, Data de Publicação: 26/03/2012)

Assim, resta necessária inserir no Edital a qualificação técnica dos concorrentes para apresentar CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM (CBPD/A), cuja finalidade é trazer mais segurança ao processo licitatório, frente ao essencial princípio da legalidade, o qual reger o processo licitatório.

II. PEDIDO

Frente a exposição, impugna-se o Edital, pela omissão as delimitações normativas da ANVISA e MINISTÉRIO DA SAÚDE, requerendo, desde já que seja inserido no conteúdo do Edital, a necessidade da qualificação técnica, onde os concorrentes devem, obrigatoriamente, apresentar CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM (CBPD/A), para participar do processo licitatório.

Belo Horizonte, 27 de Setembro de 2022.

Marcelo Ramos de Oliveira

Sócio Administrador

CPF: 942.141.586-87

RG.M.6.085.376 - SSP/MG